

CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PRODESOL NA QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS SOBRALENSES

RESUMO: O modo atuante da gestão pública atual tem suas ações fundamentadas pelos acordos nacionais e internacionais, com uma série de diretrizes, princípios e acordos firmados que abordam o tripé do desenvolvimento sustentável. Os objetivos da gestão municipal e o atendimento das demandas sociais, transcorrem por intermédio das políticas públicas. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo a busca de entendimento sobre a contribuição do programa Prodesol na qualidade de vida dos cidadãos na cidade de Sobral. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa através da aplicação de uma entrevista semiestruturada com a coordenadora do projeto. Os resultados apontam as contribuições do programa na qualidade de vida dos cidadãos, tais como implementação de novas redes hídricas e sistema de esgotamento; Ampliação do sistema de coleta; Ampliação de ruas de e modificação de sentidos das nas estradas; como também restauração e construção de PSFs – Postos de Saúde Familiares. Por tanto mostra em sua conclusão que o programa introduz e gera contribuições na melhora da qualidade de vida, pois as ações implementadas têm impacto direto no cotidiano dos cidadãos sobralenses.

Palavras-chave: Políticas públicas. Desenvolvimento sustentável. Saúde Pública.

1 INTRODUÇÃO

A gestão pública é a denominação utilizada pela Administração para referir-se à área de conhecimento e aos trabalhos que estão diretamente relacionados às organizações que têm como missão o interesse público ou que afete o mesmo. Assim como em uma organização privada, a gestão pública abrange áreas como Recursos Humanos, Finanças Públicas e Políticas Públicas, dentre outros setores.

As políticas públicas municipais, fundamentadas pelo Plano Diretor do Município, têm como objetivo mais abrangente agir diretamente no processo de desenvolvimento local, baseando-se pelo entendimento dos aspectos políticos, sociais, econômicos, financeiros, culturais e ambientais, que determinam a evolução e contribuem para a ocupação do seu território. Nesse sentido, a Gestão Ambiental é um dos elementos de políticas públicas que pode impactar a qualidade de vida de uma comunidade.

A gestão pública envolve os meios de ação do poder público, em detrimento a uma dada política pública, que possui critérios e ferramentas de ação que tem como objetivo a melhoria do meio ambiente (BARBIERI, 2011; HJORT et al. 2016). A Gestão Ambiental não se aplica apenas em saber gerir recursos, mas também em cuidar, preservar, revitalizar e criar

ambientes propícios para convívio dos indivíduos, melhorando significativamente o bem-estar social, e que sua mensuração dar-se-á nos indicadores de políticas públicas.

O Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Sobral – PRODESOL surgiu após um contrato de empréstimo selado pela Prefeitura de Sobral, na primeira gestão do prefeito Ivo Ferreira Gomes com o Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, em 2017, e tem como finalidade principal a melhoria da qualidade dos serviços públicos por meio de investimentos em saneamento básico e ambiental, gestão socioambiental e requalificação da infraestrutura urbana do Município.

O Prodesol engloba ações estruturais para crescimento da cidade, tendo como panorama ações de cunho ambiental como por exemplo, a expansão e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário e água potável, sistema de coleta de resíduos sólidos, bem como da melhoria da mobilidade urbana e infraestrutura social, além de, também incluir no projeto o fortalecimento institucional.

2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Diante dos pontos salientados, essa pesquisa definiu a seguinte questão norteadora: Qual a contribuição do programa Prodesol na qualidade de vida dos cidadãos sobralenses na perspectiva do gestor público? Partindo dessa questão, definiu-se como objetivo de estudo a busca de entendimento sobre a contribuição do programa Prodesol na qualidade de vida dos cidadãos na cidade de Sobral.

Optou-se pela avaliação de tal programa pelos seguintes motivos: (1) A importância da avaliação de políticas públicas, que, mesmo sendo bastante reconhecida pela administração pública brasileira, observa-se ainda que a introdução de novas políticas é muito restrita. (2) O quão imprescindível é o conhecimento científico no campo escolhido, contribuindo com a disseminação da cultura de avaliação de políticas. (3) Trata-se do maior Programa de Desenvolvimento implementado na cidade de Sobral, o prazo de execução do Programa está estimado em 5 (cinco) anos e o seu custo total em US\$ 62.500.000 (sessenta e dois milhões e quinhentos mil dólares americanos) dos quais US\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de dólares americanos) correspondem ao empréstimo e US\$ 12.500.000 (doze milhões e quinhentos mil dólares americanos) ao aporte local. (4) O reconhecimento dos desafios que o projeto enfrenta para concluir a sua implementação.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

O desenvolvimento do conceito de políticas públicas começou foi disseminado por precursores, como Laswell (1936/1958), que inseriu o termo *policy analysis* (análise de política pública), utilizando-o como meio de correlacionar o contexto do conhecimento científico com produção empírica dos governos, contribuindo para construção do diálogo entre cientistas sociais, indivíduos de interesse e governo.

Simon (1957), incorporou a conceituação da racionalização limitada dos decisores públicos (*Policy makers*), segundo o autor, a racionalidade dos fatores que determinam as políticas públicas é continuamente limitada pelos problemas de informações incompletas ou inconclusas, tempo de tomada de decisões, autointeresse dos agentes decisores, dentre outros fatores. Ainda conforme a visão de Simon (1957), a capacidade racional, indagada pelo autor, pode ser potencializada ao ponto de equilíbrio satisfatório por meio de estruturas que se adaptem aos comportamentos dos agentes e molde tal comportamento rumo aos resultados esperados.

Easton (1965) conclui que as políticas públicas se tornam uma sistematização, ou seja, a relação entre formulação, resultados e o contexto do ambiente. Para o autor, as políticas públicas recebem influência de partidos políticos, mídias e grupos de interesses que interferem nos seus resultados e efeitos. A partir dessa incorporação do conceito, precisa-se fazer adição de outros elementos no processo de formulação e análises das políticas, além dos questionamentos da racionalidade, como por exemplo, a função das eleições, burocracias, partidos e agrupamentos de interesse.

O conceito de política pública vem se modificando ao longo de sua primeira definição, uma das definições atribuídas a mesma, dá-se por Teixeira (2002), em que segundo o autor, as políticas públicas se caracterizam por uma série de diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para a construção das relações entre poder público e sociedade, ferramenta das mediações entre sociedade e o Estado.

Segundo Dimoulis (2003), existem quatro pilares fundamentais para determinar a definição de Política: (a) Apresenta o Estado como sede normatizadora; (b) Institucionalização da vontade da sociedade, ou seja, o desejo da sociedade expressa por entidades coletivas; (c) Política tem a vontade da mudança social; por último: (d) A política é

racional, ou seja, embasada em discussões argumentativas, então para o autor, o tema político é gatilho para geração de discussões em meio social.

Mediante Sousa (2006), as políticas públicas são áreas ou campos de conhecimentos teóricos – da parte da academia – e empíricos – emanados mediante discursos dos civis que buscavam promover as ações governamentais e/ou recomendar possíveis alterações nessas ações. Dessa forma, as políticas públicas são os meios pelos quais o governo introduz suas intenções e que produzirão transformações profundas ou artificiais no mundo real.

Historicamente, segundo Dallari (2013), o Estado é uma iniciativa da sociedade civil, que surgiu por meio da vontade humana de regularização da sociedade por intermédio de contratos, que tem por finalidade o bem comum. Com isso, o homem realiza tais pactos contratuais visando o interesse público, gerando as relações sociais. Os vínculos existentes entre Estado e Sociedade são os fatores que moldam os relacionamentos dos indivíduos e a forma como as ligações são estabelecidos no meio social, do qual o Estado atua como autarquia normatizadora que norteia os comportamentos dos indivíduos que compõem tal sociedade.

Segundo Matias-Pereira (2014), os diálogos sobre as transformações do modelo Estatal ocorrido nos últimos anos, contribui simultaneamente tanto para o processo de elevação da consciência da sociedade, quanto ao pressuposto de que a modernização e o fortalecimento da administração pública, considerando os aspectos de capital humano, infraestrutura e tecnologia devem ser necessários e de maneira constante.

Gallo e Bessa (2016) afirmam que as instituições públicas orientam as políticas públicas para construir uma sociedade pela qual mais se almeja, e junto à disseminação do conceito do Estado mínimo, sendo o mesmo utilizado como órgão regulador das relações econômicas e sociais. O autor aborda a ideologia de que a globalização permite o desenvolvimento tecnológico, cultural e de consumo construindo um padrão referencial.

Ainda na visão de Gallo e Bessa (2016), as políticas públicas são as ferramentas que surgem de um contexto social que ao transferir-se à esfera estatal, são utilizadas como investimentos e regulamentações administrativas que servem de intervenções administrativas de uma dada realidade social. Brito, Cunha e Siveres (2018), entendem uma sociedade sustentável como um método de desenvolvimento realizado de maneira coletiva que produz crescimento econômico, que por sua vez, garantiria para a geração atual e às futuras, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social.

3.2 A GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA NA PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA

Segundo Queiroz (2004), o termo qualidade de vida é um tema corriqueiro, porém gera uma complexidade, pois há uma subjetividade quanto à representação de tal conceito para cada indivíduo ou grupo social, podendo envolver aspectos como felicidade, saúde, boa moradia, bom salário, dentre outros, e, portanto, pode significar toda essa conjuntura de aspectos e benefícios. Diante disso, é perceptível o grande debate acerca da importância das políticas públicas e principalmente como os governos fazem seu processo de decisão, elaboração, implementação e avaliação de tais políticas que por sua vez transformam-se significativamente devido à mudança do pensamento dos governantes.

Hosken (2007) apresenta a política ambiental como sendo fator impulsionador do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que decorre da implementação de instrumentos sistêmicos que possam atingir a política e os objetivos ambientais organizacionais. Em consonância com a definição de política pública de Santos (2006) e a definição de gestão ambiental de Hosken (2004), Barbieri (2007) conceitua gestão ambiental como uma série de diretrizes e atividades administrativas e operacionais, como planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outros processos realizados, com o propósito de trazer benefícios ao meio ambiente, produzindo assim, a redução ou eliminação dos danos causados pelas ações do homem.

Barbieri (2007) afirma que a definição de meio ambiente corresponde a fonte de recursos que disponibilizam os desejos e as necessidades da sociedade e que tem como origem os recursos naturais. Visto isso, Haubrichht e Fiorini (2014) afirmam que as ações antropológicas em meio ao ambiente natural impactam diretamente na qualidade de vida, pois o não conhecimento a respeito dos elementos naturais e suas leis, podem levar a desequilíbrios naturais.

Ao serem comparadas as definições de qualidade de vida segundo Queiroz (2004), políticas públicas conforme Santos (2006), a conceituação de Barbieri (2007) sobre uso dos recursos naturais como fonte de produção e a afirmação dos impactos ambientais pelas ações do homem de Haubrichht e Fiorini (2014), percebe-se que o desenvolvimento de políticas é necessário para o equilíbrio do sistema atual, por estes motivos, surgiram diversos programas de desenvolvimentos sustentáveis.

Segundo as Organização das nações Unidas - ONU (2014), ao se falar do desenvolvimento das políticas socioambientais de forma generalista, tem-se como base

comum para elaboração de tais ferramentas de desenvolvimento social, as diretrizes e recomendações de seus princípios. As ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, surgiram após várias reuniões entre os líderes de grandes países entre eles o Brasil, que abriram discussões sobre os rumos da melhor forma de desenvolvimento em amplos aspectos.

Nesse prisma, como compreendem Souza et al. (2015), o desenvolvimento está relacionado com o equilíbrio da qualidade de vida e a sustentabilidade, abrangendo também importantes fatores como a economia e o consumo. Sendo tal conceito uma reafirmação da definição de Buarque (1999) que o aspecto relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica a articulação de diversos atores e esferas de poder, tais como sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo.

Portanto, ao se tratar da expressão qualidade de vida e saúde de uma sociedade, evidencia-se que é resultado da interação referente ao processo de evolução social em relação ao seu ambiente. Logo, o conceito de desenvolvimento orienta para a sustentabilidade em diferentes ramificações, tais como o ambiental, econômico, político e inter-regional (SOUZA et al., 2015). Neste sentido, para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2015), o processo avaliativo de uma política tem objetivo bem delimitado: aprimorar os programas desenvolvidos, permitindo aos executores/intervencionistas, Estado ou Município, uma leitura detalhada de todas as ações executadas e elaborando um fluxo de informações, sendo as mesmas essenciais para correção e aprimoramento das ações, buscando a sustentabilidade e a efetivação das intervenções.

Sob o mesmo ponto de vista, Silva (2018) afirma que as políticas públicas são utilizadas pelo Governo em suas esferas para garantir os direitos individuais e coletivos, econômicos, sociais, ambientais, e culturais, garantidos pela Constituição Federal, estaduais e leis orgânicas dos municípios e as outras leis em vigência no país. Tais instrumentos visam o bem estar, uma melhor qualidade de vida das pessoas, observando os elementos judiciais, justiça social, equidade, sustentabilidade, democracia, transparência, participação popular, autonomia e paz social.

4 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, com caráter exploratório. Segundo Creswell (2010), neste modelo de pesquisa, o pesquisador aplica diferentes preposições de conhecimento, baseando-se nas percepções construtivas ou

perceptivas, explicando os comportamentos e as ações por intermédio da composição de hipóteses. A pesquisa qualitativa exige que o indivíduo realizador esteja diretamente conectado com o lócus, pois esse modelo de processo metodológico é baseado na construção do conhecimento empírico, ou seja, na experiência.

O cenário a ser abordado no estudo trata-se do programa desenvolvido pela prefeitura da cidade de Sobral - Ce, o Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Sobral - PRODESOL. Internacionalmente conhecida como o local da comprovação da teoria da relatividade de Albert Einstein, Sobral está situada a cerca de 235 Km da capital do estado do Ceará, Fortaleza. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018) a cidade é a 5º maior economia do estado, perdendo apenas para Fortaleza (capital), Maracanaú, Caucaia e Juazeiro do Norte, sua população é estimada em 210.711 habitantes, possuindo 88,35% de ocupação urbana e tendo seu IDH – Índice de Desenvolvimento humano de 0,714, como apresentado pelo IBGE (2010) perdendo apenas para Fortaleza.

Diante disso, o programa tem como princípio norteador a melhoria da qualidade dos serviços públicos por meio de investimentos em saneamento básico e ambiental, gestão ambiental e requalificação da infraestrutura urbana do município.

Sob essa perspectiva, a amostra é delimitada aos gestores diretos e indiretos, intrinsecamente ligados a todo processo de implementação do programa, tratando-se de um estudo qualitativo, não há finalidade probabilística. Optou-se por avaliação de tal política pública por se trata do maior investimento já realizado na cidade no que tange ao modelo de desenvolvimento sustentável.

A pesquisa foi aplicada à gestora ligada diretamente ao desenvolvimento do programa na cidade de Sobral. O instrumento de pesquisa utilizado para coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada. A entrevista realizada ocorreu no dia 03 de maio de 2021, por meio da ferramenta virtual Zoom, sendo um diálogo com uma das gestoras do programa. Para a compreensão e alinhamento geral de todo trabalho proposto, o conteúdo analítico é embasado na Matriz Lógica ou Modelo Lógico, desenvolvido por Pfeiffer em 2000.

Segundo Pfeiffer (2000), a Matriz Lógica é uma matriz desenvolvida por um processo de estruturação que considera os aspectos mais importantes de um projeto e que permite uma apresentação de maneira sistêmica, lógica e sucinta. Carvalho (2003) afirma que a estruturação é uma forma de matriz organizacional, onde são encontrados: os objetivos, indicadores, meios de aferição e fatores externos a influenciar os resultados do programa.

Através das respostas da entrevista, fazendo-se análise de conteúdo, que na compreensão de Chizzotti (2011), permite possibilidades de obter as informações de um texto ou qualquer outra fonte baseando-se em abordagens teóricas. A comparação dos dados coletados permitirá analisar a implementação e eficácia do projeto para a qualidade de vida dos sobralenses na perspectiva dos gestores.

5 DISCUSSÃO

A entrevista aplicada para coleta de informações com um dos gestores cinco gestores do Prodesol, sendo realizada com a coordenadora geral que possibilitou a análise de cinco principais componentes dos sete que contemplam o programa. As perguntas relacionadas aos elementos componentes da política pública foram embasadas no processo de avaliação do Modelo Lógico ou Matriz Lógica, que consideram os elementos de maior destaque de um projeto que permite uma visualização sistêmica, lógica e resumida. É uma forma de matriz organizacional onde encontram-se: os objetivos, indicadores, meios de aferição e fatores externos a influenciar os resultados do programa (PFEIFFER, 2000; CARVALHO, 2003). Tendo como princípio avaliativo o quadro abaixo:

Quadro 1- Matriz Lógica

COMPONENTES	OBJETIVOS	INDICADORES	MEIOS DE AFERIÇÃO	FATORES EXTERNOS A INFLUENCIAR OS RESULTADOS DO PROGRAMA	RESULTADOS
COMPONENTE	Qual principal objetivo deste componente?	Quais indicadores são utilizados para analisar a qualidade?	Quais meios de aferição para tais indicadores?	Quais fatores externos podem influenciar no resultado do programa?	Quais os principais benefícios decorridos da criação de tal componente?
EFICIÊNCIA		EFICÁCIA		EFETIVIDADE	
Você considera que as implementações das ações referentes a esse componente estão dentro do cronograma estabelecido no prazo?		O projeto implementado, em suas conclusões até o presente momento, conseguiu atingir seus objetivos e metas planejadas?		Quais os impactos diretos percebidos e observados a olho nu, até o momento frente às ações abordadas no tema?	

Fonte: adaptado de Pereira (2015).

Diante disso, foi possível avaliar as contribuições do programa na qualidade de vida dos cidadãos sobralenses, o qual é subdividido nos cinco pilares fundamentais dessa política:

Saneamento Ambiental, Gestão Ambiental, Mobilidade Urbana, Infraestrutura Social e Fortalecimento Institucional.

COMPONENTE I – SANEAMENTO AMBIENTAL

Observa-se que o componente avaliado, apresentou atraso devido fator externo SARS-COV-2, causando demora de insumos e equipamentos importantes para delineamento do projeto. Contudo, verificam-se grandes interferências junto aos cidadãos de maneira a gerar de imediato melhoria na qualidade de vida, pois a ampliação do sistema de esgotamento e drenagem, ampliação das redes domiciliares e prediais e a despoluição dos recursos hídricos evita exposição a parasitas, conseqüentemente, gera uma melhoria na saúde pública. São observados os seguintes dados:

Quadro 2 - Matriz Lógica – Saneamento Ambiental.

COMPONENTE	OBJETIVOS	INDICADORES DE IMPACTO	MEIOS DE AFERIÇÃO	FATORES EXTERNOS A INFLUENCIAR OS RESULTADOS DO PROGRAMA	RESULTADOS
SANEAMENTO AMBIENTAL	Melhorar a saúde pública; Despoluir os recursos hídricos; Descartar adequadamente os resíduos residenciais.	Nível de despoluição da água e afluentes; Quantidades de ligações prediais e domiciliares à rede de esgoto. Construção de 75 km de rede de esgoto.	Análise laboratorial da água; Verificação da porcentagem de conclusão das ligações com referência as 11 mil ligações previstas no cronograma. Verificação da porcentagem de conclusão de construção de rede de esgoto, com referência os 75 km previstos no cronograma.	SARS – COV – 2. Pandemia em decorrência do coronavírus, gerando atrasos de insumos e aquisições de equipamentos.	Implementação de novas redes hídricas e sistemas de esgotamento; Ligações gratuitas tanto residencial e predial à rede de esgoto. Construção de uma Adutora (estágios finais de teste).
EFICIÊNCIA		EFICÁCIA		EFETIVIDADE	
As obras encontram-se em atraso em decorrência da pandemia, porém, levando em consideração à termos financeiros, 38% das obras foram concluídas, sendo observado o programa por completo e seu plano total de implantação total de 5 anos.		Apesar dos atrasos ocorridos, as obras concluídas até o presente momento atingem os objetivos inicialmente planejados.		Ampliação da rede de esgotamento; Construção de estações de tratamento; Construção de estações de elevação; Redução no nível de poluição dos recursos hídricos.	

Fonte: adaptado de Pereira (2015).

Para Oliveira (2014) quando há baixas condições de saneamento básico influenciam na privação de liberdade dos indivíduos. Segundo o autor alguém que reside em um ambiente onde não há existência de uma rede de esgoto e drenagem, padecerá de uma doença

parasitária contraída com a exposição ao solo contaminado de sua rua ou por causa de parasitas arrastados à sua residência por alagamentos.

COMPONENTE II - GESTÃO AMBIENTAL.

No que tange ao componente de gestão ambiental, obteve-se que neste prisma embasado pela conceituação de Barbieri (2007), que o componente em questão contempla e realiza ações de suma importância para modificação e melhoria do bem-estar ambiental, consequentemente, apresentando contribuições a qualidade de vida da população. Observam-se os seguintes dados:

Quadro 3 - Matriz Lógica – Gestão ambiental.

COMPONENTE	OBJETIVOS	INDICADORES DE IMPACTO	MEIOS DE AFERIÇÃO	FATORES EXTERNOS A INFLUENCIAR OS RESULTADOS DO PROGRAMA	RESULTADOS
GESTÃO AMBIENTAL	Melhorar sistema de gestão dos resíduos sólidos; Ampliação do Sistema de coleta dos resíduos; Implementação dos sistemas de coleta seletiva; Requalificação de áreas degradadas; Criação do Parque das Aves.	Qualidade do solo; Qualidade dos recursos hídricos; Qualidade do ar; Número de área protegida.	Análise laboratorial do solo frente a índices elevados de materiais pesados; Análise laboratorial da água; Nível de gás carbônico na atmosfera; Total em KM ² de área protegida.	SARS – COV – 2. Pandemia em decorrência do coronavírus, gerando atrasos de insumos e aquisições de equipamentos.	Ampliação do sistema de coleta; Redução do descarte de lixo de forma indevida; Redução no descarte de lixo em locais públicos de maneira inadequada e proibida.
EFICIÊNCIA		EFICÁCIA		EFETIVIDADE	
As obras encontram-se em atraso em decorrência da pandemia, porém, levando em consideração à termos financeiros, 38% das obras foram concluídas, sendo observado o programa por completo e seu plano total de implantação total de 5 anos.		Apesar dos atrasos ocorridos, as obras concluídas até o presente momento atingem os objetivos inicialmente planejados.		Implementação dos jardins filtrantes; Redução do nível de despoluição da água; Aumento na qualidade do ar; Construção do centro de resíduo sólido.	

Fonte: adaptado de Pereira (2015)

Para Barbieri (2007), os serviços ambientais afetam as atividades dos seres humanos que são direcionadas a solucionar problemas ambientais, tais como a coleta do lixo doméstico, acompanhamento dos níveis da qualidade do ar, gestão dos resíduos, sistemas de gestão ambiental nas empresas entre outros. Ainda segundo o autor também são serviços ambientais as funções realizadas pelos componentes dos ecossistemas, como reciclagem de materiais que recompõem a fertilidade do solo, a produção de oxigênio pelas plantas, a dispersão dos poluentes pela circulação do ar e a preservação de mananciais e rios pelas matas ciliares.

COMPONENTE III - MOBILIDADE URBANA

A respeito da avaliação sobre o aspecto da mobilidade urbana sobralense, nota-se que o componente analisado preenche os requisitos de impactos sociais a fim de melhorias e ampliações no setor móbil da cidade, reduzindo tempo de engarrafamentos, melhorando o fluxo de pessoas nos locais públicos e ampliando as faixas de ciclistas e pedestres na cidade. Segue a análise dos dados no quadro abaixo:

Quadro 4 - Matriz Lógica – Mobilidade Urbana

COMPONENTE	OBJETIVOS	INDICADORES DE IMPACTO	MEIOS DE AFERIÇÃO	FATORES EXTERNOS A INFLUENCIAR OS RESULTADOS DO PROGRAMA	RESULTADOS
MOBILIDADE URBANA	Implementar medidas de auxílio no sistema de mobilidade urbana.	Tempo médio de congestionamento; Tempo médio de transição de pedestres.	Pesquisa sobre quantidade do número de automóveis; Pesquisa sobre quantidade de pessoas que utilizam ciclovias; Pesquisa sobre fluxo de pedestres.	SARS – COV – 2. Pandemia em decorrência do coronavírus, gerando atrasos de insumos e aquisições de equipamentos.	Ampliação das ciclofaixas; Ampliação das ciclovias; Melhora no fluxo de trânsito; Melhora no fluxo de pedestres; Ampliação de ruas de e modificação de sentidos das nas estradas.
EFICIÊNCIA		EFICÁCIA		EFETIVIDADE	
As obras encontram-se em atraso em decorrência da pandemia, porém, elevando em consideração à termos financeiros 38% das obras concluídas, sendo observado o programa por completo e seu plano total de implantação total de 5 anos.		Apesar dos atrasos ocorridos, as obras concluídas até o presente momento atingem os objetivos inicialmente planejados.		Requalificação da avenida Dr. Guarani; Requalificação Parque Pajeú; Construção e ampliação das ciclofaixas; Padronização das calçadas; Implementação de transporte urbano municipal TRANSOL.	

Fonte: adaptado de Pereira (2015).

Na visão de Amorim (2019) a questão da mobilidade urbana é viável, desde que a região consiga planejar o transporte e o meio urbano visando a sustentabilidade, para isso é necessário que a cidade tenha um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS).

COMPONENTE IV - INFRAESTRUTURA SOCIAL.

Perante os resultados analisados, verifica-se que a ampliação dos PSFs, construção de arelinhas e praças em vários locais da cidade, gera uma melhoria no ambiente de saúde da cidade, visto que ocorre a ampliação desse segmento. As arelinhas, praças e academias ao ar livre contribuem para o aumento de ocupação dos espaços públicos, incentivam uso de equipamentos para exercícios físicos havendo um engajamento populacional, que também, diminui os índices de sedentarismo populacional. Seguem os dados no quadro abaixo:

Quadro 5 - Matriz Lógica - Infraestrutura Social

COMPONENTE	OBJETIVOS	INDICADORES DE IMPACTO	MEIOS DE AFERIÇÃO	FATORES EXTERNOS A INFLUENCIAR OS RESULTADOS DO PROGRAMA	RESULTADOS
INFRAESTRUTURA SOCIAL	Promoção da saúde; Promoção do esporte e lazer;	Quantificação do número de arelinhas construídas. Quantificação dos números construídos e requalificados de praças. Quantificação do número construído e requalificados de Postos de Saúde Familiar (PSF).	Verificação do número de arelinhas construídas previstas no projeto. Verificação do número de construção e requalificação de praças previstas em projeto.	SARS – COV – 2. Pandemia em decorrência do coronavírus, gerando atrasos de insumos e aquisições de equipamentos.	Melhoria na qualidade da saúde pública; Ocupação dos ambientes públicos.
EFICIÊNCIA		EFICÁCIA		EFETIVIDADE	
As obras encontram-se em atraso em decorrência da pandemia, porém, levando em consideração a termos financeiros, 38% das obras foram concluídas, sendo observado o programa por completo e seu plano total de implantação total de 5 anos.		Apesar dos atrasos ocorridos, as obras concluídas até o presente momento atingem os objetivos inicialmente planejados.		Restauração e construção de PSFs; Melhoria da iluminação pública; Construção de academias ao ar livre; Maior fluxo de pessoas em ambientes públicos.	

Fonte: adaptado de Pereira (2015).

Oliveira (2020) indaga que em vista do crescimento das cidades e do aumento populacional, o planejamento e a gestão da infraestrutura urbana devem ser aplicados a todos os cidadãos para terem espaços urbanos qualificados e que possam atender suas necessidades.

COMPONENTE V - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O aporte teórico embasando o modelo de avaliação mostra que o aspecto avaliado gera um impacto considerável no dia a dia do cidadão, pois liga-se com índices de área que exercem influência sobre comportamento e liberdade individual, intrinsecamente relacionado

à qualidade de vida do indivíduo, pois quanto mais seguro e protegido o cidadão se sente, mas liberdade dar-se para ocupação dos espaços públicos, aumentando assim, uma diversificação de ambientes para socialização, prática de esportes e lazer.

Quadro 6 - Matriz Lógica - Fortalecimento Institucional (guarda municipal)

COMPONENTE	OBJETIVOS	INDICADORES DE IMPACTO	MEIOS DE AFERIÇÃO	FATORES EXTERNOS A INFLUENCIAR OS RESULTADOS DO PROGRAMA	RESULTADOS
FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL (GUARDA MUNICIPAL)	Melhorar sistema de segurança cidadã; Implementação de sistema de monitoramento; Compra de equipamentos.	Índices de assalto; Índices de violência; Índices de queixas.	Índices de assalto; Índices de violência; Índices de queixas.	SARS – COV – 2. Pandemia em decorrência do coronavírus, gerando atrasos de insumos e aquisições de equipamentos.	Maior velocidade de atendimento de ocorrências; Maior mobilização de contingente de guardas; Melhoria de equipamentos.
EFICIÊNCIA		EFICÁCIA		EFETIVIDADE	
As obras encontram-se em atraso em decorrência da pandemia, porém, levando em consideração à termos financeiros, 100% das ações concluídas, sendo observado o programa por completo e seu plano total de implantação total de 5 anos.		Com as obras concluídas, observa-se que o seguinte aspecto atinge os objetivos inicialmente planejados.		Aquisição de Viaturas de Comando Móvel; Implementação de sistema de vídeo monitoramento; Aquisição de equipamentos motores.	

Fonte: adaptado de Pereira (2015).

Um Estado mais ágil e eficaz, ao invés de uma máquina burocrática e ineficiente; uma administração que evidencia a promoção da cidadania e a qualidade dos seus serviços, e não no monopólio de tangenciamento de uma clientela cativa; e a política como sendo o exercício da soberania social, abre espaço para construir uma ordem social com as exigências da razão, da moral, da justiça e da ética social (SOUZA, 2009).

6 CONCLUSÃO

Ao analisar-se o desenvolvimento do presente trabalho, pode-se observar que o programa introduz e gera contribuições na melhora da qualidade de vida, pois as ações implementadas têm impacto direto no cotidiano dos cidadãos sobralenses. Visto que seu amplo engajamento em diversas áreas como saneamento ambiental, gestão ambiental, estrutura social, fortalecimento institucional, todas as ações ocorrem simultaneamente, causando mudanças em hábitos, mudanças ambientais, mudanças estruturais e restauração e construção da infraestrutura e mobilidade urbana.

De forma específica, pode-se destacar o fato de que o componente Gestão Ambiental tem destaque dentro do programa. Consiste em maiores ações desde implementação de jardins filtrantes à construção de larga escala, como por exemplo, a construção de uma adutora que se encontra em estágios finais de teste para inauguração.

Por ser uma pesquisa qualitativa, e por sua análise limitar-se à visão da gestão do programa e dos resultados apresentados pela gestora do mesmo, não é possível avaliar os resultados de forma mais efetiva, ou seja, analisar a percepção do cidadão sobre o programa. Devido a esta limitação do estudo, sugere-se para pesquisas futuras uma análise da percepção da população, a fim de comparar resultados do programa.

Neste sentido, o trabalho oportuniza o desenvolvimento de novas pesquisas tanto no levantamento de dados mais precisos sobre os resultados efetivos da implementação do Prodesol voltada para uma pesquisa direta aos indivíduos beneficiários das ações, quanto para análise de maneira quantitativa dos resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, I. C. O. M. Avaliação do potencial de planos de mobilidade urbana para o desenvolvimento sustentável de cidades e regiões metropolitanas. 221 f. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2019. Disponível em: <
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/33205/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20I%20sabel%20Cristina%20de%20Oliveira%20Magalh%c3%a3es%20Amorim.pdf> >. Acesso em: 21 mai. 2021.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. Brasília: MEPE, INCRA, IICA, 1999.

BRITO, R. O; CUNHA, C; SIVERES, L. Gestão participativa e sustentabilidade socioambiental: um estudo em escolas da rede pública de Sobral – Ce. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 24, n. 2, p. 395-410, 2018.

CARVALHO, S. N. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4 ed. São Paulo: Vozes, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 32 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

DIMOULIS, D. **Manual de introdução ao estudo do direito**: definição e conceitos básicos, norma jurídica, fontes, interpretação e ramos do direito, sujeito de direito e fatos jurídicos, relações entre direito, justiça, moral e política, direito e linguagem. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

GALLO, D; BESSA, E. Qualidade de Vida Urbana como Política Pública: o movimento cidades saudáveis. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 4, n. 27, 2016, p. 14-23, 2016. Disponível em: https://rgt.ifsp.edu.br/portal/arquivos/2017/01/Artigo_Qualidade_de_Vida_Urbana_2016.pdf . Acesso em: 15 mai. 2021.

HAUBRICHT, D. M; FIORINI F. A Percepção ambiental dos moradores do assentamento vila rural e do município de Alta Floresta/MT. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 248-256, 2014.

HJORT, L.C. et al. Aspectos da gestão ambiental pública e privada. **Revista de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 73-81, 2016.

HOSKEN, M. Gestão Ambiental Pela ISO 14001. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. IBGE Cidades. **Censo demográfico**: Índice de Desenvolvimento Humano, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 20 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **IBGE Cidades**, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral/panorama>. Acesso em: 20 jun. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. IPEA, Brasília, 2015.

LASWELL, H. D. **Politics**: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, D. M. Saneamento básico e desenvolvimento humano: um estudo de caso no município de Imperatriz/MA a partir da abordagem das capacitações. 155 f. **Dissertação** (Mestrado em ambiente e desenvolvimento) - Centro Universitário Univates, Lajeado, RS, 2014. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/721/1/2014DiegoMacieldeOliveira.pdf> . Acesso em: 21 mai. 2021.

OLIVEIRA, W. M. **Contribuições para um método de avaliação de infraestrutura social no espaço urbano.** 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/212165/001115957.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 maio 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e estatuto da corte internacional de justiça.** 2014.

PEREIRA, M. S. A. A utilização da matriz lógica em projetos sociais. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 2, p. 327-339, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200010. Acesso em: 23 mai. 2021.

PFEIFFER, P. O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. **Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública**, v. 51, n. 1, p. 81-124, jan./mar, 2000.

QUEIROZ, C. M. B. et al. **Qualidade de vida e políticas públicas no município de Feira de Santana.** Ciência e Saúde Coletiva, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20395.pdf> . Acesso em: 12 mai. 2021.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SIMON, H. **Comportamento Administrativo.** Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SILVA, J. Políticas públicas e qualidade de vida. **Revista Missões**, 2018. Disponível em: <https://www.revistamissoes.org.br/2018/12/politicas-publicas-e-qualidade-de-vida/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SOUZA, R. L. Reforma política: fortalecimento institucional ou casuísmo eleitoral. 115 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

SOUZA, C. M. N. et al. **Saneamento:** promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. SciELO - Editora FIOCRUZ, 2015.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, p. 1 – 11, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.